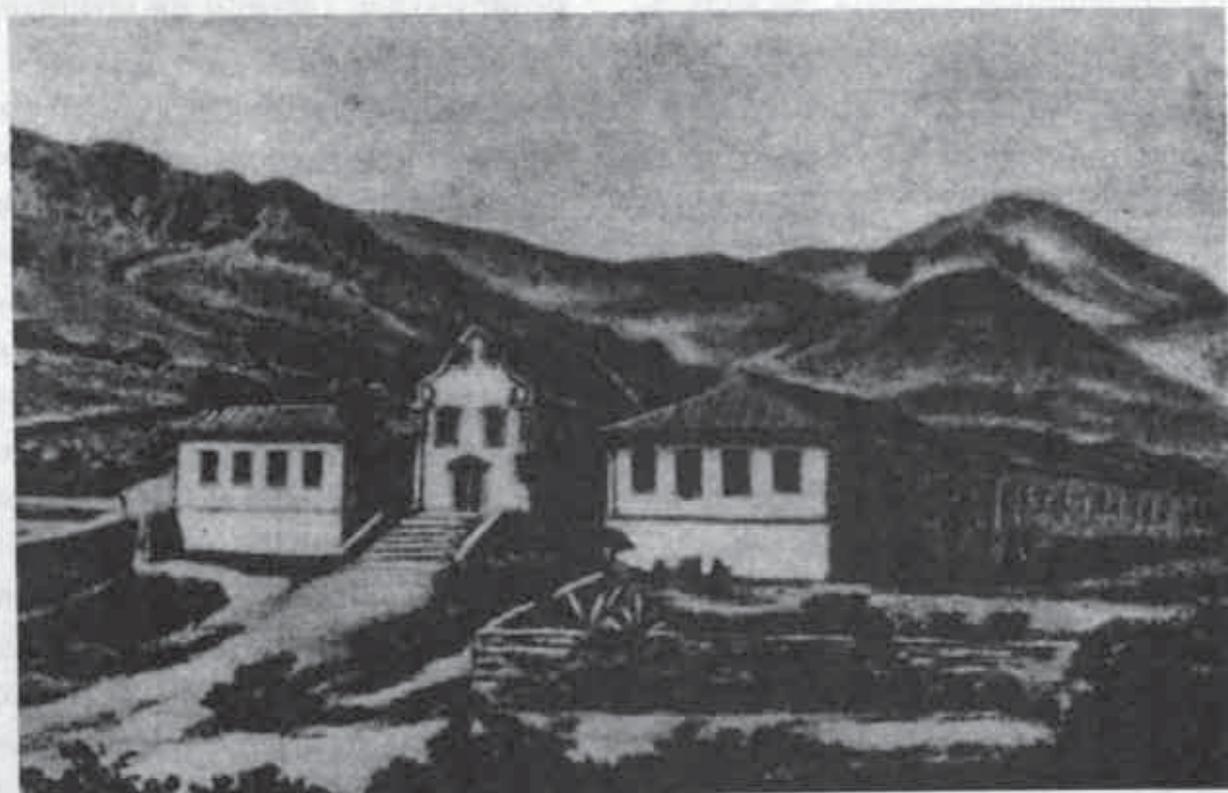


se interessava pelo tema da colonização: dos seus sete livros de história, três o abordavam de algum modo. Supomos, todavia, que tais livros, longe de indicar a adesão a qualquer questionamento da dominação colonial, serviram, no máximo, como um instrumento para a compreensão dos desvios e das subversões da norma, exigência do próprio papel de guardião da ordem exercido pelo bispo⁴⁸. Sua biografia corrobora essa hipótese: o governador da capitania, visconde de Barbacena, avisara-o sobre a Conjura, antes mesmo de iniciada a prisão dos sediciosos⁴⁹, e sua única palavra sobre o levante foi um sermão em louvor à

repressão. Por isso, foi considerado um "exagerado absolutista"⁵⁰.

Em sua biblioteca, sob o império da ortodoxia, havia os mal-vistos atricionistas⁵¹, o *Cursus de theologia et moralis*, da Universidade de Salamanca, e *Anecdotes*, em dois volumes, sem referência a autor, possivelmente *Anecdotes sur mme. la comtesse Du Barry*, livro proibido, misto de libelo e crônica escandalosa sobre a amante do rei Luís XV, a condessa Du Barry, que enlameava o rei e a monarquia⁵².

A historiografia ressalta o espírito pio, caridoso e a 'santidade' de Pontevel⁵³. Suspeitamos, porém, que ele ou um de seus apaniguados desviou-se da moral



Seminário N. Sa. da Boa Morte, de Mariana, em Minas Gerais. Litografia da obra *Viagem pelo Brasil*, de H. Burmeister, Berlim, 1853.

presença de alguns títulos comuns, como foi apontado anteriormente. No resto, as semelhanças evidenciam-se de modo mais acentuado em relação aos padres não-Inconfidentes. Como os portugueses, os clérigos das Gerais possuíam fundamentalmente obras litúrgicas, seguidas, na maioria dos casos, pelas de teologia. Excetuavam-se o bispo Pontevel, para o qual a ordem era a inversa; o cônego Vieira da Silva, para o qual a literatura estava em primeiro lugar, seguida depois pela filosofia e história (que ficaria em segundo se juntássemos os livros de história profana aos de história sagrada); o bispo Manuel da Cruz, que se dividia entre a liturgia e a história sagrada; e o cônego Borges, para quem a segunda posição era reservada aos cânones. Ao contrário do que sucedia entre os portugueses, entretanto, a literatura, para a maioria dos sacerdotes, vinha antes da história, mesmo somando-se a história sagrada à história profana. As exceções, realizando-se essa adição, além do bispo Manuel da Cruz, eram o bispo Pontevel e o padre João Souza, que priorizavam mais a história (o último sequer possuía obras de literatura), e o cônego Borges, que se voltava, entre as ciências profanas, apenas para o direito e, em menor grau, para as ciências. Os únicos sacerdotes a aproximarem-se dos seus colegas de ofício parisienses eram o bispo dom frei Manuel e o cón. Vieira da Silva, os quais até iam além daqueles: em suas

bibliotecas, a história não apenas rivalizava com a teologia, mas a superava. A distribuição dos livros pelas diferentes línguas (tabela IV) é um aspecto em que a singularidade dos Inconfidentes se dissipa, tanto diante dos clérigos das Gerais como dos portugueses e, em alguma medida, dos franceses. A exceção é de novo o cônego Inconfidente Vieira da Silva. Se entre os franceses, os livros escritos em latim, em 1790, chegavam a 27% das bibliotecas, nas Gerais, as livrarias, em sua maioria arroladas próximo aos anos 1790, a média é de 26,7%. À semelhança do ocorrido com os portugueses, o que se via, na imensa maioria das bibliotecas, era o português ultrapassar o latim, variando entre 86,5%, na livraria do padre Alves, e 28,3%, na pertencente ao cônego Cordeiro, em cujo inventário omite-se grande parte dos títulos e dos autores dos livros. Todavia, nas bibliotecas do bispo Pontevel e dos cônegos Borges e Vieira da Silva, o latim era o primeiro colocado, indo de 46,6%, na livraria do cón. Vieira da Silva, até 73,5%, na biblioteca do bispo Pontevel. Em duas dessas três livrarias o segundo lugar era ocupado pelo português, que correspondia a 14%, na biblioteca do bispo, e a 39%, na possuída pelo cón. Cordeiro. Já na livraria do cón. Vieira da Silva, o francês se encontrava na segunda colocação, com 28,3%. Nesta mesma biblioteca, o inglês talvez ameaçasse o português: se o último

correspondia a 11,8% dos títulos, o inglês talvez compreendesse 8,6% (a incerteza deve-se ao fato dos livros ingleses não terem seus títulos ou autores arrolados nos seqüestros, não nos sendo possível afirmar que constituíam obras distintas). Portanto, se as bibliotecas eclesiásticas das Minas possuem algumas diferenças em relação às suas similares portuguesas e francesas, quanto à sua composição por assunto, o mesmo não se nota, de modo geral, com relação às línguas, em que as identidades, principalmente com as livrarias portuguesas, são maiores. A livraria do cón. Vieira da Silva, no entanto, é a nota mais destoante, seguida, neste aspecto, pelas bibliotecas do bispo Pontevel e do cônego Borges.

Bibliotecas clericais nas Minas do século XVIII, heterodoxias e 'inventividade'

Malgrado as regularidades observadas nas bibliotecas clericais e a ortodoxia de grande parte dos seus títulos e autores, encontramos singularidades, em especial entre os inconfidentes, que revelam um despreendimento em relação às preocupações mais imediatas da vida sacerdotal. Em alguns casos, elas remetem a heterodoxias, que se evidenciam quando confrontamos a coloração política e moral de alguns títulos e autores de cada livraria aos comportamentos morais ou políticos dos clérigos leitores. Quanto a esses aspectos, frise-se, dispomos de

informações muito limitadas, mais ainda em relação aos clérigos não-inconfidentes, salvo para os bispos Manuel da Cruz e Pontevel, e o cônego Borges. Desse modo, primeiro focalizaremos tais clérigos e, depois, os conjurados mineiros.

A biblioteca do bispo dom frei Manuel da Cruz era o retrato de um mundo que se encontrava em seus estertores. Se, por um lado, estava afinada com a ortodoxia católica, por outro, parecia um tanto anacrônica. Não havia nela o menor vestígio da Ilustração, muito pelo contrário, as obras de caráter devocional e de cunho jesuítico, então em baixa sob o reformismo de Pombal e de dona Maria I, pululavam: lá estavam, por exemplo, santa Tereza e o padre Antônio Vieira, de quem o bispo, além dos *Sermões* e das *Cartas*, possuía a sebastianista *História do Futuro*.

A censura portuguesa na segunda metade do século XVIII, com efeito, se voltava suas baterias contra os "pervertidos filósofos", era implacável com os jesuítas, responsabilizando-os pelo "fanatismo", a "ignorância" e, ainda, a "licenciosidade" que se viam grassar em Portugal³⁷. O bispo possuía o já mencionado *Cursus theologicus et moralis*, da Universidade de Salamanca - de onde a Inquisição de Espanha riscou o trecho que permitiria tomar como lícitas, aos olhos de deus, as relações sexuais com mulheres, até mesmo as violentas - e, ainda, o livro *Máximas espirituais*, censurado em

ortodoxa, sendo pai de um dentre dois bebês que foram *expostos* - isto é, enjeitados - à porta de seu palácio, em abril de 1780, um ano após sua sagração em Lisboa. Tal hipótese funda-se nos cuidados que o enjeitado mereceu do bispo e em alguns silêncios e regalias de que o mesmo foi objeto: primeiro, teve como padrinhos o bispo e Nossa Senhora do Rosário, recebendo nome similar ao do antistite, Domingos José da Encarnação Pontevel; em segundo lugar, foi, "a mando do dito senhor bispo," criado em casa de João José Correia⁵⁴; terceiro, seu ingresso e sua ascensão no sacerdócio, anos mais tarde, foram marcados por silêncios. Como *exposto*, Domingos era, aos olhos da lei, ilegítimo; todavia, saiu-lhe a acusação de 'ilegitimidade de nascimento', em função da qual teve que obter dispensa do Núncio Apostólico em Lisboa. Ninguém em seu processo de habilitação mencionou o nome de seu 'ilegítimo' pai, mas no breve de dispensa consta que Domingos tinha o 'defeito' de ser 'oriundo de presbítero'. Domingos, porém, quis mais do que ordenar-se: pediu, depois, dispensa para ser promovido às dignidades e altos postos da hierarquia eclesiástica, no que foi atendido pelo provisor do bispado, que o dispensou na 'irregularidade de defeito do nascimento proveniente de coito sacrilego'⁵⁵. Ora, por que se denunciou a ilegitimidade de Domingos sem que fosse identificado o nome de seu pai?

Esse silêncio não teria sido uma imposição da necessidade de preservar o presbítero que era seu genitor? Não seria este clérigo importante demais para que sua condição de pai fosse explicitada? Isso tudo, enfim, faz-nos aventar a hipótese de que o pai de Domingos seria o bispo homônimo, ou então, algum apaniguado seu, e, ademais, de que tal paternidade não poderia ser revelada para preservar as aparências do prelado! Se tal hipótese for verdadeira, destaque-se, o bispo e os que o protegeram estavam acobertados pelas regras da civilidade barroca, comum às demais sociedades do Antigo Regime, que não se importavam se o parecer e o ser se distanciavam, fazendo da civilidade falsa aparência⁵⁶.

O bispo Pontevel ajudou a dissimular um arranjo que visava resguardar as aparências da mais alta autoridade da capitania: segundo Tomás Antônio Gonzaga, o governador Luís da Cunha Menezes solicitou e conseguiu que o bispo dispensasse sua amásia, Maria Joaquina, e Jerônimo Xavier de Souza, dos banhos (proclamas) necessários para a realização do casamento de ambos⁵⁷. Pontevel, assim, se por um lado, talvez usasse da posse e do conhecimento de obras politicamente heterodoxas para melhor guardar a ordem, por outro, talvez fizesse do recurso à dissimulação das ilicitudes sexuais um modo de também preservá-la. A benignidade das autoridades com

Pontevel 'filho' e os silêncios sobre a identidade de seu pai, ademais, são o mais perfeito retrato de como esta tradição vicejava na ordem do Antigo Regime.

O bispo, ademais, neste aspecto, além de seguir uma tradição de exercício de poder, não seria senão um homem de seu tempo, um 'homem do mundo', obedecendo à moral coletiva imperante nas Gerais. Separando o parecer do ser, como nas demais sociedades do Antigo Regime, esta moralidade, urdida no interior de uma sociedade colonial e escravocrata, era patriarcal, racista, misógina e centrava-se no *princípio de igualdade*, isto é, na defesa do casamento entre iguais na cor, no status social, na situação física e moral. Mas, diante das dificuldades para se acharem *iguais* para o matrimônio, dos seus custos e de sua burocracia, acabava por admitir algumas ilícitudes (como o concubinato, o adultério e a prostituição), especialmente entre os *desiguais* (os homens brancos e/ou senhores, livres ou forros, com as mulheres havidas como 'mulheres solteiras', isto é, não-írgens, negras, índias, mulatas; forras e escravas), desde que se preservassem as aparências³⁶. Na conduta sexual de Pontevel, assim, às vozes da moral coletiva vigente nas Gerais talvez se somassem os murmúrios heterodoxos engolfados em meio à ortodoxia católica de sua livraria: da moralidade coletiva e do *Curso theologicus et moralis*, o

bispo pode ter extraído a idéia de que era admissível relacionar-se, até mesmo de forma violenta, com *mulheres solteiras* e, algumas vezes, com as mulheres puras e santas; das *Anecdotes* - hipótese pouco segura - o bispo talvez tenha estabelecido uma identidade entre sua experiência e as peripécias da condessa Du Barry. Afinal, se ele pode ter sido pai, Barry era filha de um monge, se Luís XV casava sua amásia com o conde Du Barry, ele foi cúmplice de uma artimanha semelhante, patrocinada por Luís da Cunha Menezes. Pontevel, em suma, pode ter sido, por um lado, prisioneiro e protagonista de estratégias de um poder cuja preservação exigia o conhecimento das subversões e a cisão do parecer e do ser, e, por outro, expressão de uma moral heterodoxa (em relação às leis), que juntava o cotidiano a alguns livros e separava - também - o parecer e o ser, conjugando a defesa do casamento entre iguais à realidade das ilícitudes que vicejavam sob o celibato. Tais considerações, porém, são meras hipóteses.

Na livraria do cônego Borges, território em que campeavam obras de cânones e direito, não vemos nada que pudesse ser considerado heterodoxo, o mesmo sucedendo em relação à sua postura política. Todavia, no uso que fazia daquelas obras, percebe-se que nem tudo estava em conformidade com as regras jurídicas e, além disso, que essas serviam para acobertar ilícitudes morais,



não dele, mas de outrem. Apesar de ter uma passagem pelo ilícito - foi contemplado duas vezes com 'carta de seguro negativa', espécie de *habeas corpus*, passada pelo Juízo Eclesiástico do bispado de Mariana -, devido às omissões da documentação, não nos foi possível saber qual era o delito de que era acusado⁵⁹. Como provisor e vigário geral do bispado, anos depois, Borges endossou a habilitação ao sacerdócio, recusada pelo bispo Pontevel, de José de Souza Barradas, apesar do candidato encontrar-se impedido para tanto, por viver publicamente concubinato com uma parda chamada Escolástica e ter uma filha. Embora Borges tenha reconhecido a existência "da culpa", julgou que a mesma não estava provada conforme determinavam as *Ordenações*, segundo as quais se deveria provar "que no espaço de seis meses entrara um [concubino] na casa do outro, sete ou oito vezes, circunstância que não descobrira nos autos"⁶⁰. Ao que parece, porém, a legislação fora pinçada para favorecer um rebento de uma família ilustre, constituída, no entender de Borges, por "bons pais tanto em honra como em cristandade", os quais "sempre criaram seus filhos com temor

de Deus, em sujeição e exemplar recolhimento"⁶¹, todos eles, no caso dos homens, ocupando cargos importantes. Se nem os comportamentos nem as aparências do habilitando prestavam para dar-lhe o passaporte para o sacerdócio, o provisor apelou para as filigranas da lei e usou as aparências da família para habilitá-lo - e, com isso, também preservou-as. Borges, tão aferrado ao direito e aos cânones, mostrou-se assim enredado no ideal de civilidade que grassava nas sociedades do Antigo Regime: uma civilidade das aparências.

Os inconfidentes, ao contrário dos outros clérigos - o que é óbvio - revelam-se heterodoxos do ponto de vista político. Na biblioteca do padre Carlos Correia de Toledo, homem muito rico⁶², vigário na vila de São José d'El Rei desde 1777⁶³, vemos a *Lógica*, de Luis Antônio Verney, iluminista português adversário dos jesuítas, pensador oficial da época pombalina⁶⁴, certamente um 'libertino' aos olhos das autoridades eclesiásticas mais conservadoras. Havia também duas obras de Ovídio, autor proibido pela censura portuguesa: *Compêndio de metamorfose e Triste velho*. Tais títulos não representavam



grande afronta à ordem estabelecida e, no mais, prevalecia o 'bom cura' na biblioteca do padre Toledo. Mesmo assim, ele atendeu à convocação feita aos sacerdotes da América por seu colega de ofício, o abade Raynal: entronizou a pátria em seu altar⁶⁵, engajando-se na Inconfidência. Considerava Raynal, por sinal, um "escritor de grandes vistas", por ter previsto a sedição dos colonos ingleses, concluindo, de seu relato sobre a experiência dos colonos ingleses, que, se na América do Norte os impostos levaram à rebelião, aqui, a derrama poderia produzir os mesmos efeitos⁶⁶. Portanto, a primazia numérica de livros ortodoxos de sua biblioteca e a irrelevância quantitativa da história não contiveram as repercussões do livrinho de Raynal, obra que sequer possuía, mas que leu ou, ao menos, escutou e discutiu, com os outros conjurados. Do ponto de vista moral, porém, a ortodoxia triunfou.

Na livraria do padre Costa, sacerdote desde o final da década de 1770⁶⁷, a quase igualdade numérica entre as obras de ciências e literatura e a presença de um livro de Pope, poeta satírico inglês que compreendia a razão

como virtude pública, indicam certa heterodoxia: espelham uma opção de vida futura e uma determinada maneira de olhar o mundo, na qual este é compreendido mais à luz da razão e da observação do que da revelação. Duas das suas obras de ciências versavam sobre medicina. As outras eram: *Aritmética*, de Mala; *Biologia*, de Berti; e *Instruções para a cultura das amoreiras*. O padre Manuel preocupava-se possivelmente com aspectos relativos à saúde, mas sobretudo interessava-se pelo mundo da natureza, prestigiando a botânica, tal como era característico dos libertinos do século XVIII⁶⁸, concedendo uma atenção especial à razão e aos objetos das ciências naturais e, de resto, a elas mesmas. Tanto assim que, anos mais tarde, em 1801, em Lisboa, traduziu e publicou um *Tratado da cultura dos pessegueiros*⁶⁹, e, ao regressar de Portugal, livre do cárcere, tornou-se um notável e inovador fazendeiro. Passou a cultivar o linho em sua fazenda, obtendo sempre bons resultados, tendo trazido máquinas do Reino para tecê-lo, assim como a outros tecidos. Chegou mesmo a apresentar ao governo um projeto para desenvolver a tecelagem⁷⁰



Mas a audácia de Costa, é bom lembrar, o fez entender que "esta América estava nos termos de ficar uma Europa"⁷¹, levando-o a envolver-se na Conspiração Mineira. Ele driblou, assim, a ortodoxia dominante em sua biblioteca e deixou-se conduzir pela razão e pelo espírito de observação que emanavam de alguns de seus títulos. Atendeu, portanto, ao abade Raynal, colocando a pátria em seu altar - e nem a prisão logrou contê-lo, pois, depois, veio a engajar-se no processo de emancipação do país: o padre, elegeu-se deputado na Constituinte de 1823, reelegeu-se para a legislatura seguinte e meteu-se na revolta liberal de 1842⁷². Contudo, este engajamento em questões profanas e políticas, não abalou sua fé ou os preceitos morais desta, pois, na Assembléia Constituinte, votou contra a liberdade religiosa e, no campo sexual, foi fiel à ortodoxia católica.

O cônego Luís Vieira da Silva ⁷³ possuía uma livraria, segundo Carlos Guilherme Mota, "recheada com a literatura mais crítica do ocidente"⁷⁴, com muitos autores iluministas. Dos autores encontrados, destacam-se alguns clássicos e ilustrados proibidos pela censura: Ovídio, Marmontel, Catulo,

Anacreonte, Voltaire, Mably, Diderot, Condillac, Robertson e Montesquieu ⁷⁵. Nela havia lugar, ainda, para livros de ilustrados moderados, como Genuensis, Verney e Bento Feijó. O olhar do cônego reservava espaço também para autores de ciências, alguns importantes para a ciência moderna: Descartes, Pinel (cuja obra era proibida), Fabri, Gravesande, Winslow, Tissot e Musschembroeck. A seção de história privilegiava os países europeus, sobre os quais havia seis obras, seguidos depois por Portugal, com cinco obras, e a América, com três. A Europa, todavia, era contemplada também com os títulos de história universal (três obras) e história moderna (duas obras), além da história antiga (duas obras). Não havia livros específicos sobre o Brasil. O cônego se interessava pelas particularidades das gentes de sua 'pátria' e, ao mesmo tempo, pelos mais distintos povos, sem que houvesse qualquer contradição entre eles. Desta generalidade de povos particulares, ademais, destacava a América do Norte, motivo de estudo e discussão, e na qual o cônego enxergava identidades com sua capitania. A América era motivo de empréstimo de livros: o cônego não se contentava com



a obra de Robertson, que possuía, tendo emprestado de alguém, com certeza, o livrinho do abade Raynal e do intendente Bandeira, as *Observations sur le gouvernement de les Etats Unis*.

O pensamento do cônego Vieira, de fato, encontrava-se marcado pela presença de Raynal e, de resto, pela ilustração. Segundo Ernst Cassirer, o pensamento ilustrado caracterizava-se pela renúncia à dedução sistemática, isto é, àquela que, partindo de um ser supremo ou de uma certeza fundamental, máxima, expandia a luz desta a todos os seres e saberes derivados através do método da demonstração e da consequência rigorosa, enlaçando os últimos à certeza primordial de modo imediato⁷⁶. O ponto de partida, no pensamento ilustrado, deslocou-se da certeza fundamental para a experiência e a observação, invertendo-se, pois, a hierarquia metodológica. Procurava descobrir a lógica dos fatos, através da qual, primeiro, apreendia os fenômenos; depois, buscava cada uma das condições que os originaram, revelando a dependência que os ligava; e, finalmente, com base nestas descobertas, chegava às regularidades comuns a cada tipo de fenômenos,

formulando princípios ou leis⁷⁷. O pensamento ilustrado, portanto, combinava os métodos resolutivo e compositivo; nele, a função mais importante da razão consistia, pois, em separar e juntar⁷⁸.

O caráter ilustrado do pensamento do cón. Vieira explicita-se nas suas respostas ao interrogatório da Devassa da Inconfidência. Interrogado sobre sua posição favorável à revolta dos norte-americanos, depois de algumas tergiversações, afirmou que a rebelião tinha uma causa, a opressão e que - procurando enganar os inquiridores - ela inexistia nas Gerais. Questionado sobre a ausência de diferenças entre os povos rebelados do norte e os mineiros, disse que os povos podiam rebelar-se por diferentes causas e que, em Minas Gerais, não havia o problema dos impostos, motivo da sedição dos norte-americanos, pois o visconde de Barbacena noticiara que só faria a derrama depois de ouvir Sua Majestade. E o cônego, não acreditando no "maravilhoso" - guiando-se pela razão, poderíamos dizer - sabia que para os povos rebelarem-se eram necessários "fatos de presente"; vê-se, nas entrelinhas, a importância estratégica da

derrama para os conspiradores⁷⁹. Contraditado nas suas respostas pelo inquiridor, o cônego, então, expôs uma teoria geral sobre as condições que tornam exequível uma rebelião, chegando até ela a partir de um exemplo concreto. Com isso, pretendia mostrar - enganando o inquiridor - que em Minas Gerais era impossível pensar em sedição e que ele não poderia cogitar em realizá-la:

as respostas dele respondente só tendem a mostrar os fundamentos, por que não seguiria semelhante partido, quando fosse para isso convocado, prescindindo inteiramente de que houvesse, ou não, quem tivesse semelhantes idéias: sabe que na feliz aclamação de El-Rei D. João o quarto, sendo uma causa tão justa, e tanto da vontade dos povos, perguntou, segundo sua lembrança, D. João da Costa, quais eram os generais, as armas, as alianças, os soldados, que tinham prontos para se levantarem contra as armas de Castela, e que isto foi bastante para se suspender a ação por oito dias, e talvez se não executasse, se nisso não estivesse o maior perigo; e como poderia pensar que tivesse efeito a sublevação de Minas falta de tudo o necessário, e cercada de outras capitânicas: em segundo lugar, ele respondente não vê interesse nenhum próprio na sublevação; porque não foi para isso convidado, nem aceitará o partido, quando o fosse, e menos evitar o dano

se este é obedecer aos superiores, e evitar tributos⁸⁰.

Do exemplo concreto da Restauração Portuguesa, protagonizada por dom João IV, o cônego extraiu a conclusão de que só era possível pensar em rebelar-se se houvesse condições para tanto - isto é, generais, armas, alianças, soldados - ou se fosse mais perigoso manter-se na sujeição. E em Minas, tudo isso faltava, além do que, obedecer aos superiores e pagar tributos não poderiam ser motivos de uma rebelião - de novo, vê-se o lugar estratégico dos impostos. Nesta passagem, ademais, estabelece-se uma analogia entre a Inconfidência e a Restauração, "causa tão justa, e tanto da vontade dos povos". Um indício seguro de que, para ele, era legítimo um povo rebelar-se contra a tirania; uma analogia que, por si só, indica que a Inconfidência, no pensamento do cônego, era tão legítima quanto a Restauração.

No pensamento do cônego, assim, encontramos a afirmação da razão, a negação do maravilhoso, das certezas absolutas, e uma análise do real que, tendo como referência a própria experiência (o que habilidosamente se procura negar), compara três situações distintas (a Conjuração das Gerais, a Independência das Treze Colônias Inglesas e a Restauração Portuguesa), decompondo-as; depois, chegando-se a uma conclusão geral sobre a ocorrência das rebeliões; e, por fim, atingindo a

conclusão de que seria impensável uma rebelião em Minas. No sub-texto, ainda, temos a consagração do princípio ilustrado do direito à rebelião e a expressão do lugar estratégico ocupado pela derrama na Conjuração. O cônego Vieira da Silva, em suma, por um lado, combinava os métodos resolutivo e compositivo, procurando estabelecer as condições que provocam os fenômenos e, depois, descobrindo as regularidades que se fazem presentes em fenômenos similares, formulando leis. Por outro, baseava-se num princípio caro aos ilustrados: aquele segundo o qual era legítimo rebelar-se contra um poder despótico, presente em Rousseau⁸¹, e também em Raynal (que estendia a legitimidade àqueles que não viviam sob o despotismo)⁸².

Autêntico ilustrado, por seus princípios e pela maneira de estruturar o seu pensamento, o cônego Vieira influenciou-se, portanto, pelos autores ilustrados que se encontravam em sua biblioteca e atendeu ao abade Raynal, a quem tanto apreciava, entronizando a pátria em seu altar! Sua 'libertinagem', por fim, não se limitou à Inconfidência: embora cônego, professor de teologia e comissário da Ordem Terceira da Penitência, Vieira da Silva era um 'homem do mundo', tendo legado uma filha, Joaquina Angélica da Silva, à posteridade, nascida em 1765, quando Vieira já havia recebido as ordens sacras⁸³. A moralidade coletiva imperante nas Gerais deve ter-se

conjugado ao ideal de civilidade de Corneille, autor presente em sua biblioteca, levando o cônego a desobedecer as regras jurídicas e a sujeitar-se às normas sociais que admitiam algumas ilicitudes sexuais, desde que não prejudicassem as aparências: o cônego, enfim, convivia com a cisão entre o ser e o parecer.

Examinando a apropriação dos livros pelos clérigos mineiros das Gerais do século XVIII, dentro dos estreitos limites que a documentação nos impõe, constatamos o fosso que separava os inconfidentes dos demais, no que se refere às idéias e aos comportamentos políticos. Ao mesmo tempo, percebemos que as diferenças se embaralham, quando o foco desloca-se para as questões morais. Do ponto de vista político, assim, vemos que, entre os inconfidentes, os livros ilustrados e/ou que focalizavam aspectos relativos ao mundo natural - insignificantes na biblioteca do padre Toledo, consideráveis na livraria do padre Costa, e razoavelmente numerosos na biblioteca do cônego Vieira da Silva - exerceram grande influência sobre tais leitores. As possibilidades de leitura dos inconfidentes, no entanto, não se limitaram aos livros que possuíam nem àquilo que os mesmos diziam: a inventividade, de alguma forma, valeu. O livrinho do abade Raynal, não possuído por nenhum deles, tornou-se centro da atenção e, em sua leitura, as idéias foram apropriadas de tal sorte a

iluminar a própria experiência dos leitores, norteadando sua ação política. A inventividade dos leitores-inconfidentes teve no cônego Vieira da Silva o seu maior expoente, de tal sorte que a própria estruturação de seu pensamento seguia parâmetros ilustrados e associava as experiências alheias à de sua pátria. Os clérigos que não se meteram na Conjuração, sobre os quais conseguimos obter informações mais substanciais, ao contrário, mostram-se ou presos a uma ordem política-cultural que ruía, caso do bispo Manuel da Cruz, ou possivelmente usando de livros heterodoxos para melhor preservar a ordem, caso do bispo Pontevel.

A moralidade coletiva, que consagrava a cisão entre o ser e o parecer, foi mais forte que a ortodoxia, justamente entre os proprietários das bibliotecas mais exuberantes: o cônego Vieira da Silva e, quem sabe, o bispo Pontevel. Esta moralidade, ademais, triunfou no comportamento do cônego Borges enquanto juiz. Venceu entre eles uma moralidade que aceitava as relações sexuais ilícitas desde que se mantivessem as aparências, inclusive a de respeito às normas jurídicas. Entre a maioria dos clérigos proprietários de livros, contudo, a ortodoxia parece ter saído vitoriosa.

Conclusão

Nas bibliotecas dos eclesiásticos mineiros do século XVIII, visualizam-se as tensões entre aquilo que as

autoridades e os livros procuravam impor e a inventividade de alguns dos leitores, seja no sentido de privilegiar determinadas obras, seja no sentido de lê-las segundo uma ótica particular. Alguns títulos repetiam-se de uma biblioteca para outra; entre as livrarias das Gerais e suas congêneres francesas e portuguesas, havia similitudes no que toca aos títulos e à distribuição dos livros pelos assuntos e, em algum grau, pelas línguas - mas em meio a estas uniformidades, os inconfindentes destacaram-se por destoarem, em maior ou menor grau. O cônego Vieira da Silva, dentre eles, foi o que mais se mostrou singular.

Os eclesiásticos inconfindentes possuíam bibliotecas que expressavam interesses que iam além dos limites imediatos de seu trabalho pastoral, voltando-se mais fortemente que as dos demais clérigos para questões teológicas e profanas. O inverso se dava entre os clérigos não-conjurados. À maior profanidade, os inconfindentes aliaram uma inventividade bastante aguda em relação aos livros, apropriando-se das idéias apresentadas nos mesmos tendo em vista sua própria experiência nas Gerais. Sua inventividade chegou ao limite de levá-los a organizarem uma sedição fundada numa estratégia baseada no conhecimento livresco da experiência das Treze Colônias da América Inglesa. Assim, mais do que a pátria, os inconfindentes parecem ter entronizado os livros - ao menos alguns deles - em seu altar.